

0. Nota Introdutória	2
0.1. Âmbito do Diagnóstico.....	2
0.2. Objectivos do Diagnóstico.....	3
0.3. Estrutura do Diagnóstico	5
0.4. Definição de Conceitos – Sociedade da Informação e Governo Electrónico	6
Índice de Figuras	8

0. Nota Introdutória

0.1. Âmbito do Diagnóstico

Este relatório de diagnóstico da situação actual da Sociedade da Informação e Governo Electrónico¹ em Portugal reporta ao período do início do ano 2000 a Fevereiro de 2003. Não pretende ser um relatório final sobre o “estado da arte”, mas uma referência sobre a qual se deve construir, doravante, um processo de reflexão, monitorização e reporte regular.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2002, de 20 de Novembro, veio criar a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) [<http://www.unic.pcm.gov.pt/>], estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental em matéria de Inovação, Sociedade da Informação e Governo Electrónico.

Este diploma determina também que a UMIC apresente “um relatório de avaliação, do qual constem todas as iniciativas, programas e estruturas do Governo, de carácter horizontal ou sectorial, com impacte nas áreas da Inovação, da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico”. Este relatório cumpre esta determinação.

¹ Estes conceitos estão definidos mais adiante em 0.4. *Definição de Conceitos*.

0.2. Objectivos do Diagnóstico

Este diagnóstico tem como principais objectivos:

- i) Apresentar informação relevante para utilização geral sobre a situação actual da Sociedade da Informação e Governo Electrónico em Portugal; e**
- ii) Apresentar um diagnóstico nestes domínios, que sirva de suporte à elaboração de planos de acção, medidas e iniciativas adequados às reais necessidades do país.**

No que se refere ao primeiro objectivo – apresentar informação relevante – o relatório deve comunicar com um leque diverso de públicos que estão directa e indirectamente implicados no desenvolvimento da Sociedade da Informação. Por este motivo, o diagnóstico foi elaborado de forma a poder ser consultado por uma vasta audiência (especialistas e não especialistas, estudantes, professores, cientistas, empresários, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria e por conta de outrem, políticos, organizações nacionais e internacionais), pelo que contém informação que poderá ser considerada básica para alguns leitores, mas considerada essencial para uma melhor compreensão por outros leitores.

Adicionalmente, pretende-se apresentar um ponto de situação sobre a nossa evolução nos últimos anos, identificando os elementos indutores e constrangedores dessa evolução, de forma a clarificar onde temos de actuar no futuro para sermos cada vez mais eficazes.

Pretende-se que esta avaliação se torne num exercício anual, seguindo uma estrutura de reporte que não é necessariamente a mesma deste relatório. Os relatórios anuais de diagnóstico futuros seguirão uma estrutura a ser definida em tempo útil e que seja alinhada com as opções estratégicas definidas nos Planos de Acção. No entanto, a estrutura adoptada neste relatório é suficientemente flexível para se adaptar a uma nova estrutura de reporte regular. Esta estrutura reflecte também a limitação de tempo que houve para a sua elaboração.

No que se refere ao segundo objectivo – servir de suporte à elaboração de planos de acção, iniciativas e medidas – este diagnóstico foi estruturado de forma a servir de elemento de reflexão e debate, pelo que não contém considerações puramente estatísticas e factuais, mas também juízos de valor, vertidos na análise efectuada e nas conclusões e recomendações.

Este diagnóstico resulta da sistematização de:

- Contributos directos dos vários Ministérios, Organismos Públicos e Regiões Autónomas;
- Trabalhos desenvolvidos por entidades nacionais e internacionais de reputação técnica inquestionável;
- Dados estatísticos produzidos e interpretados pela estrutura do, agora designado, Observatório para a Inovação e Conhecimento (OIC)²;
- Avaliação directa por parte da equipa redactora;
- Consulta a peritos.

A contribuição dos Ministérios permitiu obter também algumas indicações sobre o grau de desenvolvimento de cada Ministério *per si* e do Governo como entidade única no contexto da Sociedade da Informação e Governo Electrónico. Este trabalho conjunto serviu ainda para:

- Fortalecer pontos de contacto e relacionamentos nos diversos organismos do Estado;
- Promover mecanismos de continuidade de trabalho conjunto, transversal a todos os Ministérios.

² Antes denominado “Núcleo de Estatísticas da Sociedade da Informação do Observatório de Ciência e Tecnologia”.

0.3. Estrutura do Diagnóstico

O diagnóstico está estruturado de forma a comunicar com uma grande variedade de públicos, uma vez que se pretende mobilizar a sociedade como um todo para o desafio do desenvolvimento da Sociedade da Informação. O impacto da tecnologia digital, substrato do desenvolvimento da Sociedade da Informação, está a provocar transformações profundas e mudanças estruturais, muitas ainda difíceis de identificar, que chamam por todos numa responsabilidade colectiva.

A primeira parte do relatório apresenta um sumário das actuais políticas internacionais e nacionais para a Sociedade da Informação.

A segunda parte do relatório apresenta um ponto de situação sobre o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal de acordo com as seguintes vertentes:

- Posição relativa de Portugal no contexto internacional;
- Acesso, difusão e utilização das tecnologias de informação e comunicação;
- Empresas e economia digital;
- Governo electrónico;
- Conteúdos digitais; e
- Qualificações em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A terceira parte do relatório, incluindo o anexo que lhe diz respeito, analisa a estrutura orgânica que tem intervindo directamente sobre o desenvolvimento da Sociedade da Informação. A capacidade de liderança política bem como as estruturas organizacionais que possibilitam a operacionalidade das políticas de desenvolvimento da Sociedade da Informação têm sido consideradas elementos vitais para o sucesso deste desenvolvimento.

A quarta parte do relatório, incluindo o anexo que lhe diz respeito, apresenta os instrumentos e os recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, de forma a melhor informar as escolhas estratégicas e operacionais neste domínio.

0.4. Definição de Conceitos – Sociedade da Informação e Governo Electrónico

A Sociedade da Informação é uma sociedade onde a componente da informação e do conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos de actividade humana, em consequência da conectividade digital, em geral, e da Internet, em particular, induzindo novas formas de organização da economia e da sociedade.

O Governo Electrónico é um processo suportado no desenvolvimento das tecnologias da informação, que coloca os cidadãos e as empresas no centro das atenções, melhora a qualidade e a comodidade dos serviços e reforça os meios de participação activa no exercício de cidadania. Simultaneamente, aumenta a eficiência, racionaliza custos e contribui para a modernização do Estado.

Os conceitos da Sociedade da Informação e do Governo Electrónico são definidos de forma diferenciada em várias fontes, reflectindo a fase emergente em que se encontram. As definições adoptadas neste relatório são apresentadas a seguir.

Sociedade da Informação

O conceito da Sociedade da Informação deriva das oportunidades concedidas essencialmente pelo rápido desenvolvimento da tecnologia de processamento e comunicação digital de informação, que afectam praticamente todas as dimensões da vida moderna. Os ganhos derivam da compressão de tempo e espaço na produção e utilização digital de informação.

A Sociedade da Informação é uma sociedade onde a componente da informação e do conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos de actividade humana.

O conceito reflecte a consciência de que a crescente importância da informação e do conhecimento traduz uma nova forma de organização da economia e da sociedade.

No seu estágio final, a Sociedade da Informação é caracterizada pela capacidade dos seus membros (cidadãos, empresas e Estado) obterem e partilharem qualquer tipo de informação e conhecimento instantaneamente, a partir de qualquer lugar e na forma mais conveniente.

Em termos gerais, trata-se de um conceito sócio-económico, que está baseado em três grandes transformações:

- A crescente importância da **produção e distribuição da informação e do conhecimento**, nomeadamente em termos da produtividade económica, da inovação e da prosperidade da sociedade;
- A **convergência das tecnologias da comunicação** e a sua crescente penetração em todas as esferas do nosso dia-a-dia, permitindo ao cidadão uma mobilidade total. O acesso à informação é feito a qualquer hora e a partir de qualquer ponto do globo; e
- As **novas formas de organização social na indústria**, na Administração Pública e mesmo na família com impacto nos valores e na cultura dos cidadãos.

Em termos práticos, o objectivo da Sociedade da Informação é:

- Ligar digitalmente tudo a todos, i.e. “conectividade total” (aposta tecnológica);
- Ao menor custo possível (aposta económica);
- Desenvolver conteúdos adequados à vivência das pessoas (aposta social e cultural);
- Habilitar as pessoas para tirarem o maior proveito (aposta formativa e educacional);
- Adequar as organizações às transformações geradas no processo (aposta política e organizacional).

Governo Electrónico

O Governo electrónico é um processo de transformação do Estado suportado pelo desenvolvimento das tecnologias de informação que coloca o cidadão no centro das atenções.

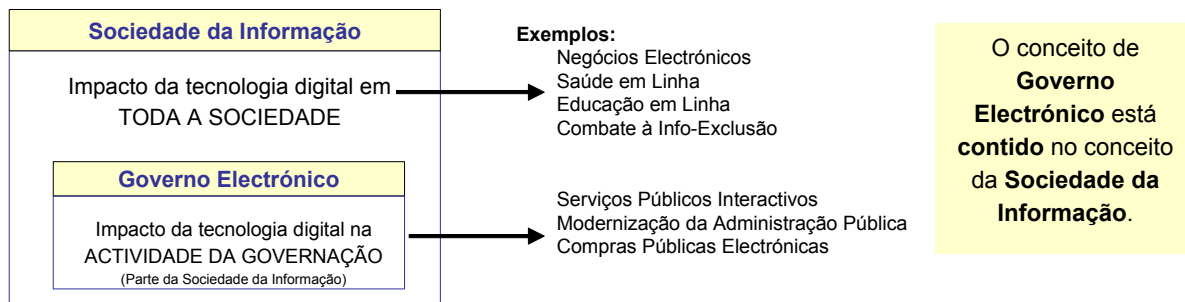
O Governo Electrónico tem por princípios orientadores:

- Prestar serviços focalizados nas necessidades dos cidadãos;
- Tornar o Governo e os serviços da Administração Pública mais acessíveis para os cidadãos;
- Promover a inclusão social;
- Prestar informação correcta e fiável;
- Utilizar os recursos do Estado de forma correcta e responsável.

Verificados estes princípios, o Governo Electrónico é um meio para alcançar os objectivos seguintes:

- Maior Conveniência e Satisfação dos Cidadãos;
- Maior Eficiência com Menores Custos;
- Maior Transparência na relação entre o Estado, Cidadãos e Empresas;
- Maior Participação Democrática.

Figura 0.1. A Sociedade da Informação e o Governo Electrónico



Fonte: UMIC

Índice de Figuras

Figura 0.1. A Sociedade da Informação e o Governo Electrónico.....	7
--	---